



Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

Taquaritinga, 05 de julho de 2023.

Ofício nº 262/2023

Ref.: Requerimento nº 164/2023

Vereador: José Rodrigo De Pietro

Senhor Presidente:

O expediente da referência, aprovado por essa E. Câmara Municipal na Sessão Ordinária do dia 19 de junho de 2023 e transcrito no Ofício nº 325/2023, de 20 de junho de 2023, dessa Digna Presidência, foi alvo da nossa atenção.

Respondendo ao nobre Vereador, que solicita informações sobre a gestão administrativa da Casa Abrigo, informamos que de acordo com a Secretaria Municipal da Fazenda, o repasse de recursos destinados à manutenção dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes da Comarca de Taquaritinga, realizado nas dependências da Casa da Criança “Ulpiano Bokzares de Marco”, se encontra rigorosamente em dia.

Por outro lado, apresentamos as informações e documentos fornecidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, requisitados no expediente em referência, que segue em anexo para melhor análise do N. Edil.

Sem mais para o momento e ao inteiro dispor de Vossa Excelência, finalizamos com renovadas expressões e cordiais cumprimentos.


Vanderlei José Marsico
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
Valcir Conceição Zacarias
Presidente da Câmara Municipal de
Taquaritinga



Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

Taquaritinga, 11 de julho de 2023

Ofício nº 58/2023

Exmo. Sr. Vanderlei José Mársico

Prefeito Municipal - Taquaritinga/SP

ASSUNTO: INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ACERCA DO REQUERIMENTO Nº 164/2023 DO VEREADOR JOSÉ RODRIGO DE PIETRO.

Prezado senhor,

Cumprimentando-o cordialmente e no uso das atribuições, sirvo-me do presente expediente para esclarecer questões importantes acerca do Requerimento nº 164/2023 do Vereador José Rodrigo De Pietro:

- 1) A Prefeitura Municipal disponibiliza para a OSC realizar a gestão do abrigo de crianças e adolescentes o ambiente físico e recursos materiais, como a residência onde se encontra instalado este equipamento público, sanduicheira, armário, mesa, cadeiras, freezer, geladeiras, microondas, fritadeira a ar, fogão industrial 4 bocas, filtro d'água, aparador de mármore, mesa de mármore com dois bancos, cadeiras infantis para refeição, mesas de escritório, cadeiras giratórias, computadores, armário de madeira com duas portas, impressora multifuncional, telefone sem fio, armários de aço com duas portas, armários de arquivo para pastas suspensas, estantes de aço, bebês conforto, carrinhos de transporte de bebês, armários horizontais, base de monitoramento com cinco câmeras, aparelho de ar condicionado, aparelhos de TV, sofás, tapetes, camas, colchões, berços, playground, veículo automotor, além de complementar o quadro de recursos humanos em regime de colaboração, respeitando o estrito interesse das crianças e adolescentes acolhidos, com 8 cuidadores, 1 cozinheira, 1 porteira, 3 vigias; Além de arcar com custos de viagem, remédios, e outros itens que não estão previstos no plano de trabalho da Osc.
- 2) Não há nenhum atraso financeiro referente à OSC, e se hou vé algum atraso, tivemos a informação que foi por falta de documentação que a própria Osc precisava enviar para o setor de prestação de contas. Disponibilizamos em anexo os recibos de pagamentos cedidos pela Secretaria Municipal da Fazenda.



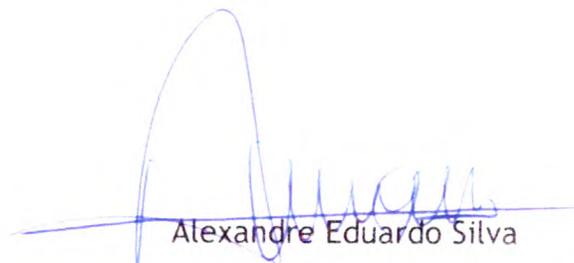
Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

- 3) A OSC ARA tinha como responsáveis, segundo consta os documentos do Termo de Colaboração, é presidida por Ricardo Augusto Diogo Sanches, tem como coordenadora do acolhimento de crianças e adolescentes em Taquaritinga a psicóloga Débora Sant'anna e fazem parte da equipe técnica a assistente social Renata Garcia e a psicóloga Letícia Toledo.

Sendo o que tínhamos a informar para o momento, reitero sinceros protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



Alexandre Eduardo Silva

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

ALEXANDRE EDUARDO SILVA
Secretário Municipal de
Desenvolvimento Social

TERMO DE COLABORAÇÃO N° 048/2022

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE TAQUARITINGA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, E A ASSOCIAÇÃO DE REINTEGRAÇÃO ASSISTENCIAL - ARA, OBJETIVANDO O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES OU AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, COM RECURSOS DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PASTA

Pelo presente termo e pela melhor forma de direito, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA**, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, situada à Rua Romeu Marsico, n°200, Centro, na cidade de Taquaritinga, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n° 72.130.818/0001-30, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **VANDERLEI JOSÉ MARSICO**, brasileiro, empresário, divorciado, portador do RG n° 4.758.415 e CPF n°434.939.988-72, domiciliado à Rua Visconde do Rio Branco, n°441, Centro, na cidade de Taquaritinga, Estado de São Paulo, doravante **MUNICÍPIO**, e a **ASSOCIAÇÃO DE REINTEGRAÇÃO ASSISTENCIAL - ARA** com sede na Rua dos Catequistas, n°340, Vila Anchieta, cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 46.931.044/0001-36, representada neste ato, por seu presidente, **RICARDO AUGUSTO DIOGO SANCHES**, portador da cédula de identidade RG n.º 44.115.998-9 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob n.º 353.876.018-77, doravante **OSC**, com fundamento no que dispõem a Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações, resolvem firmar o presente Termo de Colaboração, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Colaboração, decorrente do Edital de Chamamento Público para Termo de Colaboração n° 004/2022 por atender o que preconiza o artigo 24 da Lei Federal n° 13.019, de 31 de julho de 2014, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia 19 de abril de 2022 - Poder Executivo | Seção I, p. 384, tem por objeto a execução do projeto "Acolher", com emprego de recursos da dotação orçamentária da pasta, consoante o plano de trabalho, parte integrante indissociável deste ajuste.



PARÁGRAFO ÚNICO - O plano de trabalho poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente e após proposta previamente justificada pela OSC e acolhida em parecer técnico favorável do órgão competente ratificado pelo Titular da Secretaria, vedada alteração do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

São responsabilidades e obrigações, além de outros compromissos assumidos por meio deste termo e respectivo plano de trabalho, os previstos na Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e legislação e regulamentação aplicáveis à espécie:

I - DO MUNICÍPIO:

- (a) elaborar e conduzir a execução da política
- (b) emanar diretrizes sobre a política pública a ser executada por meio do presente termo, estabelecendo conceitos e critérios de qualidade a serem observados pela OSC;
- (c) acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto deste termo, devendo zelar pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados;
- (d) prestar apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto da parceria em toda sua extensão e no tempo devido;
- (e) repassar à OSC os recursos financeiros previstos para a execução do objeto da parceria, de acordo com o cronograma de desembolsos previsto, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto;
- (f) manter, em seu sítio eletrônico, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;
- (g) publicar, no Diário Oficial do Município, extrato deste termo e de seus aditivos, contendo, pelo menos, o nome do gestor da parceria e do signatário representante da OSC;
- (h) instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA), por ato da autoridade competente, a ser publicado no Diário Oficial do Município;
- (i) emitir relatório técnico de monitoramento de avaliação da parceria;
- (j) analisar os relatórios gerenciais financeiros e de resultados;
- (k) analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis.

A

o

n

II - DA OSC:

(a) apresentar relatórios de execução do objeto e de execução financeira, elaborados por meio de formulários próprios encaminhados pelo MUNICÍPIO;

(b) prestar contas, por meio de formulários próprios encaminhados pelo MUNICÍPIO, da totalidade das operações patrimoniais e resultados da parceria, de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis;

(c) executar o plano de trabalho, na forma do artigo 35-A, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 - bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

(d) zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada;

(e) observar, no transcorrer da execução de suas atividades, todas as orientações emanadas do MUNICÍPIO;

(f) responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pela contratação e pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

(g) divulgar, no seu site eletrônico e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, na forma e prazos definidos pelo MUNICÍPIO, todas as parcerias celebradas com esse último, observando-se as informações mínimas exigidas e eventuais restrições de segurança que impeçam a sua divulgação, na forma da lei;

(h) indicar pelo menos um representante para acompanhar os trabalhos da CMA, no prazo de 12 (doze) dias contados da data de assinatura deste instrumento;

(i) manter e movimentar os recursos financeiros repassados para a execução do objeto da parceria em uma única e exclusiva conta bancária, aberta junto ao Banco do Brasil, observado o disposto no artigo 51 da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014;

(j) manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao objeto da parceria;

(k) permitir e facilitar o acesso de agentes do MUNICÍPIO, membros dos conselhos gestores da política pública, quando houver, da CMA e demais órgãos de fiscalização

interna e externa a todos os documentos relativos à execução do objeto da parceria, prestando-lhes todas e quaisquer informações solicitadas, bem como aos locais de execução do objeto:

(l) responsabilizar-se pela legalidade e regularidade das despesas realizadas para a execução do objeto da parceria, pelo que responderá diretamente perante o MUNICÍPIO e demais órgãos incumbidos da fiscalização nos casos de descumprimento:

(m) responsabilizar-se, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO GESTOR DA PARCERIA

O gestor fará a interlocução técnica com a OSC, bem como o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto da parceria, devendo zelar pelo seu adequado cumprimento e manter o MUNICÍPIO informado sobre o andamento das atividades, competindo-lhe em especial:

(a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria:

(b) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados:

(c) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o teor do relatório técnico de monitoramento e avaliação.

CLÁUSULA QUARTA - DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados alcançados com a execução do objeto da parceria devem ser monitorados e avaliados sistematicamente por meio de relatórios técnicos emitidos por responsável designado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Social em ato próprio, na forma do artigo 59, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014.

PARÁGRAFO ÚNICO - A periodicidade e a quantidade dos relatórios técnicos previstos no *caput* desta cláusula serão estipuladas pela CMA.

CLÁUSULA QUINTA - DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Compete à CMA:

(a) homologar, independentemente da obrigatoriedade de apresentação de prestação de contas pela OSC, o relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o artigo 59, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014;

(b) avaliar os resultados alcançados na execução do objeto da parceria, de acordo com informações constantes do relatório técnico de monitoramento e avaliação, e fazer recomendações para o alcance dos objetivos perseguidos;

(c) analisar a vinculação dos gastos da OSC ao objeto da parceria celebrada, bem como a razoabilidade desses gastos;

(d) solicitar, quando necessário, reuniões extraordinárias e realizar visitas técnicas na OSC e no local de realização do objeto da parceria com a finalidade de obter informações adicionais que auxiliem no desenvolvimento dos trabalhos;

(e) solicitar aos demais órgãos do MUNICÍPIO ou à OSC esclarecimentos que se fizerem necessários para subsidiar sua avaliação;

(f) emitir relatório conclusivo sobre os resultados alcançados no período, contendo a nota da parceria, avaliação das justificativas apresentadas no relatório técnico de monitoramento e avaliação, recomendações, críticas e sugestões;

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS

O valor total da presente parceria é de R\$ 1.176.000,00 (um milhão, cento e setenta e seis mil reais), os quais serão repassados em duas parcelas anuais nos valores de R\$ 504.000,00 (quinhentos e quatro mil reais) no primeiro ano e R\$ 672.000,00 (seiscentos e setenta e dois mil reais) no segundo ano.

§ 1º - Os recursos financeiros, de que tratam o *caput* desta cláusula, serão transferidos à OSC integralmente na forma da planilha orçamentaria constante do plano de trabalho.

§ 2º - É vedada a realização de despesas, à conta dos recursos destinados à parceria, para finalidades diversas ao objeto pactuado, mesmo que em caráter de urgência.



CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A OSC elaborará e apresentará ao MUNICÍPIO prestação de contas na forma discriminada nesta cláusula, observando-se o Capítulo IV, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.

§ 1.º - Os originais das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da OSC, devidamente identificados com o número do Protocolo 3783/2022, e mantidos em sua sede, em arquivo e em boa ordem, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas ou da tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas do Estado, relativa ao exercício da gestão, separando-se os de origem pública daqueles da própria OSC.

§ 2.º - A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria, devendo sempre conter a documentação comprobatória (via original e uma cópia) da aplicação dos recursos recebidos mensalmente, conforme previsão no plano de trabalho, devidamente acompanhado dos relatórios de execução do objeto e de execução financeira; extratos bancários conciliados, evidenciando a movimentação do recurso e rentabilidade do período; relatório de receita e de despesas e, quando houver, relação nominal dos atendidos;

§ 3.º - Apresentada a prestação de contas final, emitir-se-á parecer:

- (a) técnico, acerca da execução física e cumprimento dos objetivos da parceria.
- (b) financeiro, acerca da correta e regular aplicação dos recursos da parceria.

§ 4.º - Para fins de comprovação dos gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior ao período de vigência da parceria.

§ 5.º - Não poderão ser pagas com recursos da parceria, despesas em desacordo com o plano de trabalho, bem como aquelas decorrentes de multas, juros, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração.

§ 6.º - A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nesta cláusula e na legislação aplicável, ou a sua desaprovação pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, implicará a suspensão das liberações subsequentes, até a correção das impropriedades ocorridas.

§ 7.º - A responsabilidade da OSC pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e à



execução do objeto da parceria é exclusiva, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência desta parceria é de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

§ 1.º - No mínimo trinta dias antes de seu término, havendo motivo relevante e interesse dos partícipes, a parceria poderá ter seu prazo de execução prorrogado para cumprir o plano de trabalho, mediante termo aditivo e prévia autorização do Secretário Municipal de Cultura e Turismo, respeitada a legislação vigente, após proposta previamente justificada pela OSC e autorização do Titular da Secretaria, baseada em parecer técnico favorável do órgão competente.

§ 2.º - O município prorrogará de ofício a vigência da parceria quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA NONA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

A presente parceria poderá, a qualquer tempo, ser denunciada por qualquer dos partícipes mediante notificação escrita com antecedência de 60 (sessenta) dias e será rescindido por infração legal ou descumprimento das obrigações assumidas, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne jurídica, material ou formalmente inexecutável.

§ 1.º - Ocorrendo a rescisão ou a denúncia do presente ajuste, MUNICÍPIO e OSC responderão pelas obrigações assumidas até a data de assinatura do respectivo termo de encerramento, devendo a OSC apresentar ao MUNICÍPIO, no prazo de até 30 (trinta) dias, a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data.

§ 2.º - Havendo indícios fundados de malversação do recurso público, o MUNICÍPIO deverá instaurar Tomada de Contas Especial, para apurar irregularidades que tenham motivado a rescisão da parceria.

§ 3.º - Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente ajuste, não tendo ocorrido a utilização total dos recursos financeiros recebidos do MUNICÍPIO, fica

a OSC obrigada a restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data do evento, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, acrescidos de correção monetária e de juros de mora, devendo encaminhar o respectivo comprovante de depósito bancário ao setor responsável pela Prestação de Contas da Prefeitura de Taquaritinga.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

Este termo poderá ser alterado, mediante termo aditivo, em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto no que tange ao seu objeto, de comum acordo, desde que tal interesse seja manifestado por qualquer dos partícipes, previamente e por escrito, observado o disposto no parágrafo único da Cláusula Primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 e da legislação específica, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as sanções previstas no artigo 73 da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 1.º - Aplicadas as sanções previstas no caput desta cláusula, deverão ser as mesmas registradas no portal de parcerias com organizações da sociedade civil.

§ 2.º - Enquanto não implantado o portal de que trata o parágrafo anterior, as sanções serão registradas no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Taquaritinga por intermédio da publicação no Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Acordam as partes, ainda, em estabelecer as condições seguintes.

§ 1.º - Os trabalhadores contratados pela OSC não guardam qualquer vínculo empregatício com o MUNICÍPIO, inexistindo, também, qualquer responsabilidade desse último em relação às obrigações trabalhistas e demais encargos assumidos pela OSC.

§ 2.º - O MUNICÍPIO não responde, subsidiária ou solidariamente, pela ausência de cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e comerciais assumidas pela OSC, não se responsabilizando, ainda, por eventuais demandas judiciais.

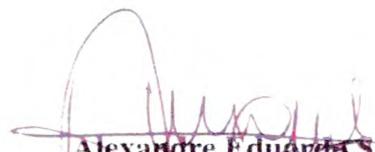
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

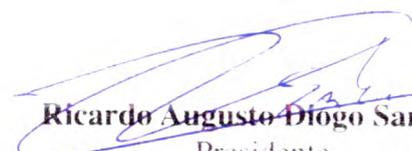
Fica eleito o Foro da Comarca de Taquaritinga para dirimir quaisquer questões resultantes da execução ou da interpretação deste instrumento e que não puderem ser resolvidas administrativamente.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente termo, em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os efeitos legais.

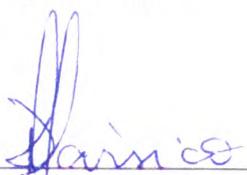
Taquaritinga, 07 de julho de 2022


Vanderlei José Mársico
Prefeito Municipal


Alexandre Eduardo Silva
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social


Ricardo Augusto Diogo Sanches
Presidente

Testemunhas


Nome: Patrícia G. Manna Gibertou
RG.: 18 712 952-6
CPF.: 268 342.318-70

Nome:
RG.:
CPF.:

26/08/2022 - BANCO DO BRASIL - 15:44:03
025700257 SEGUNDA VIA 0001
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: TAQUARITINBL MAC FNAS
AGENCIA: 0257-7 CONTA: 28.476-9

=====

DATA DA TRANSFERENCIA	26/08/2022
NR. DOCUMENTO	556.920.000.039.038
VALOR TOTAL	42.000,00

***** TRANSFERIDO PARA:
CLIENTE: ARA - A R ASSISTENCIAL
AGENCIA: 6920-5 CONTA: 39.038-0
NR. DOCUMENTO 550.257.000.028.476
=====

NR.AUTENTICACAO	A.4E6.BF6.453.35F.61F
-----------------	-----------------------

10/10/2022 - BANCO DO BRASIL - 10:26:59
025700257 SEGUNDA VIA 0002

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: TAQUARITINBL MAC FNAS
AGENCIA: 0257-7 CONTA: 28.476-9

=====

DATA DA TRANSFERENCIA	10/10/2022
NR. DOCUMENTO	556.920.000.039.038
VALOR TOTAL	42.000,00

***** TRANSFERIDO PARA:
CLIENTE: ARA - A R ASSISTENCIAL
AGENCIA: 6920-5 CONTA: 39.038-0
NR. DOCUMENTO 550.257.000.028.476
=====

NR.AUTENTICACAO	8.B16.808.759.5B7.80E
-----------------	-----------------------

02A

08/11/2022 - BANCO DO BRASIL - 16:18:19
025700257 SEGUNDA VIA 0002

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: TAQUARITINBL MAC FNAS
AGENCIA: 0257-7 CONTA: 28.476-9

=====

DATA DA TRANSFERENCIA	08/11/2022
NR. DOCUMENTO	556.920.000.039.038
VALOR TOTAL	42.000,00

***** TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ARA - A R ASSISTENCIAL	
AGENCIA: 6920-5 CONTA: 39.038-0	
NR. DOCUMENTO	550.257.000.028.476

=====

NR.AUTENTICACAO	7.9FC.65A.3A7.583.123
-----------------	-----------------------

03A

08/11/2022 - BANCO DO BRASIL - 16:18:19
 025700257 SEGUNDA VIA 0001
 COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
 DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: TAQUARITINBL MAC FNAS
 AGENCIA: 0257-7 CONTA: 28.476-9

=====

DATA DA TRANSFERENCIA	08/11/2022
NR. DOCUMENTO	556.920.000.039.038
VALOR TOTAL	42.000,00

***** TRANSFERIDO PARA:
 CLIENTE: ARA - A R ASSISTENCIAL
 AGENCIA: 6920-5 CONTA: 39.038-0
 NR. DOCUMENTO 550.257.000.028.476
 =====
 NR.AUTENTICACAO 9.CC1.11D.F24.A68.D3A

04A

09/11/2022 - BANCO DO BRASIL - 09:55:39
025700257 SEGUNDA VIA 0003
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: TAQUARITINBL MAC FNAS
AGENCIA: 0257-7 CONTA: 28.476-9

=====

DATA DA TRANSFERENCIA	09/11/2022
NR. DOCUMENTO	556.920.000.039.038
VALOR TOTAL	42.000,00

***** TRANSFERIDO PARA:
CLIENTE: ARA - A R ASSISTENCIAL
AGENCIA: 6920-5 CONTA: 39.038-C
NR. DOCUMENTO 550.257.000.028.476
=====

NR.AUTENTICACAO	9.3AD.D9B.BFF.0C9.2F2
-----------------	-----------------------

OSA

09/11/2022 - BANCO DO BRASIL - 09:55:39
 025700257 SEGUNDA VIA 0001
 COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
 DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: TAQUARITINBL MAC FNAS
 AGENCIA: 0257-7 CONTA: 28.476-9
 =====
 DATA DA TRANSFERENCIA 09/11/2022
 NR. DOCUMENTO 556.920.000.039.038
 VALOR TOTAL 42.000,00
 ***** TRANSFERIDO PARA:
 CLIENTE: ARA - A R ASSISTENCIAL
 AGENCIA: 6920-5 CONTA: 39.038-0
 NR. DOCUMENTO 550.257.000.029.476
 =====
 NR.AUTENTICACAO E.B81.6C1.0EA.A29.533

OGA

31/03/2023 - BANCO DO BRASIL - 13:44:46
025700257 SEGUNDA VIA 0001

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: PREFEITURA M DE TAQUARIT
AGENCIA: 0257-7 CONTA: 230.045-1

=====

DATA DA TRANSFERENCIA	31/03/2023
NR. DOCUMENTO	556.920.000.039.039
VALOR TOTAL	42.000,00

***** TRANSFERIDO PARA:
CLIENTE: ARA - A R ASSISTENCIAL
AGENCIA: 6920-5 CONTA: 39.038-0
NR. DOCUMENTO 550.257.000.230.045

=====

NR.AUTENTICACAO	A.C7E.E96.D9E.B01.ECA
-----------------	-----------------------

07A

13/04/2023 - BANCO DO BRASIL - 09:43:15
025700257 SEGUNDA VIA 0001

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: PREFEITURA M DE TAQUARIT
AGENCIA: 0257-7 CONTA: 230.045-1

=====

DATA DA TRANSFERENCIA	13/04/2023
NR. DOCUMENTO	556.920.000.039.038
VALOR TOTAL	42.000,00

***** TRANSFERIDO PARA:
CLIENTE: ARA - A R ASSISTENCIAL
AGENCIA: 6920-5 CONTA: 39.038-0
NR. DOCUMENTO 550.257.000.230.045

=====

NR.AUTENTICACAO	C.B.F.304.951.608.188
-----------------	-----------------------

08A

15/06/2023 - BANCO DO BRASIL - 11:24:51
025700257 SEGUNDA VIA 0001

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: PROT SOCIAL DE ALTA COMPL
AGENCIA: 0257-7 CONTA: 35.147-4

=====

DATA DA TRANSFERENCIA	15/06/2023
NR. DOCUMENTO	556.920.000.039.038
VALOR TOTAL	126.000,00

***** TRANSFERIDO PARA:
CLIENTE: ARA - A R ASSISTENCIAL
AGENCIA: 6920-5 CONTA: 39.038-0

NR. DOCUMENTO	550.257.000.035.147
---------------	---------------------

=====

NR.AUTENTICACAO	6.3AD.37F.6A6.6E6.9A4
-----------------	-----------------------

01A



Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

Taquaritinga, 05 de julho de 2023.

Ofício nº 262/2023

Ref.: Requerimento nº 164/2023

Vereador: José Rodrigo De Pietro

Senhor Presidente:

O expediente da referência, aprovado por essa E. Câmara Municipal na Sessão Ordinária do dia 19 de junho de 2023 e transcrito no Ofício nº 325/2023, de 20 de junho de 2023, dessa Digna Presidência, foi alvo da nossa atenção.

Respondendo ao nobre Vereador, que solicita informações sobre a gestão administrativa da Casa Abrigo, informamos que de acordo com a Secretaria Municipal da Fazenda, o repasse de recursos destinados à manutenção dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes da Comarca de Taquaritinga, realizado nas dependências da Casa da Criança “Ulpiano Bokzares de Marco”, se encontra rigorosamente em dia.

Por outro lado, apresentamos as informações e documentos fornecidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, requisitados no expediente em referência, que segue em anexo para melhor análise do N. Edil.

Sem mais para o momento e ao inteiro dispor de Vossa Excelência, finalizamos com renovadas expressões e cordiais cumprimentos.


Vanderlei José Marsico
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
Valcir Conceição Zacarias
Presidente da Câmara Municipal de
Taquaritinga



Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

Taquaritinga, 11 de julho de 2023

Ofício nº 58/2023

Exmo. Sr. Vanderlei José Mársico

Prefeito Municipal - Taquaritinga/SP

ASSUNTO: INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ACERCA DO REQUERIMENTO Nº 164/2023 DO VEREADOR JOSÉ RODRIGO DE PIETRO.

Prezado senhor,

Cumprimentando-o cordialmente e no uso das atribuições, sirvo-me do presente expediente para esclarecer questões importantes acerca do Requerimento nº 164/2023 do Vereador José Rodrigo De Pietro:

- 1) A Prefeitura Municipal disponibiliza para a OSC realizar a gestão do abrigo de crianças e adolescentes o ambiente físico e recursos materiais, como a residência onde se encontra instalado este equipamento público, sanduicheira, armário, mesa, cadeiras, freezer, geladeiras, microondas, fritadeira a ar, fogão industrial 4 bocas, filtro d'água, aparador de mármore, mesa de mármore com dois bancos, cadeiras infantis para refeição, mesas de escritório, cadeiras giratórias, computadores, armário de madeira com duas portas, impressora multifuncional, telefone sem fio, armários de aço com duas portas, armários de arquivo para pastas suspensas, estantes de aço, bebês conforto, carrinhos de transporte de bebês, armários horizontais, base de monitoramento com cinco câmeras, aparelho de ar condicionado, aparelhos de TV, sofás, tapetes, camas, colchões, berços, playground, veículo automotor, além de complementar o quadro de recursos humanos em regime de colaboração, respeitando o estrito interesse das crianças e adolescentes acolhidos, com 8 cuidadores, 1 cozinheira, 1 porteira, 3 vigias; Além de arcar com custos de viagem, remédios, e outros itens que não estão previstos no plano de trabalho da Osc.
- 2) Não há nenhum atraso financeiro referente à OSC, e se hou vê algum atraso, tivemos a informação que foi por falta de documentação que a própria Osc precisava enviar para o setor de prestação de contas. Disponibilizamos em anexo os recibos de pagamentos cedidos pela Secretaria Municipal da Fazenda.



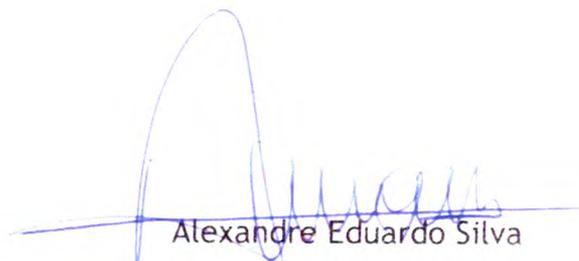
Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

- 3) A OSC ARA tinha como responsáveis, segundo consta os documentos do Termo de Colaboração, é presidida por Ricardo Augusto Diogo Sanches, tem como coordenadora do acolhimento de crianças e adolescentes em Taquaritinga a psicóloga Débora Sant'anna e fazem parte da equipe técnica a assistente social Renata Garcia e a psicóloga Letícia Toledo.

Sendo o que tínhamos a informar para o momento, reitero sinceros protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



Alexandre Eduardo Silva

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

ALEXANDRE EDUARDO SILVA
Secretário Municipal de
Desenvolvimento Social

TERMO DE COLABORAÇÃO N° 048/2022

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE TAQUARITINGA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, E A ASSOCIAÇÃO DE REINTEGRAÇÃO ASSISTENCIAL - ARA, OBJETIVANDO O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES OU AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, COM RECURSOS DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PASTA

Pelo presente termo e pela melhor forma de direito, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA**, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, situada à Rua Romeu Marsico, n°200, Centro, na cidade de Taquaritinga, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n° 72.130.818/0001-30, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **VANDERLEI JOSÉ MARSICO**, brasileiro, empresário, divorciado, portador do RG n° 4.758.415 e CPF n°434.939.988-72, domiciliado à Rua Visconde do Rio Branco, n°441, Centro, na cidade de Taquaritinga, Estado de São Paulo, doravante **MUNICÍPIO**, e a **ASSOCIAÇÃO DE REINTEGRAÇÃO ASSISTENCIAL - ARA** com sede na Rua dos Catequistas, n°340, Vila Anchieta, cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 46.931.044/0001-36, representada neste ato, por seu presidente, **RICARDO AUGUSTO DIOGO SANCHES**, portador da cédula de identidade RG n.º 44.115.998-9 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob n.º 353.876.018-77, doravante **OSC**, com fundamento no que dispõem a Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações, resolvem firmar o presente Termo de Colaboração, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Colaboração, decorrente do Edital de Chamamento Público para Termo de Colaboração n° 004/2022 por atender o que preconiza o artigo 24 da Lei Federal n° 13.019, de 31 de julho de 2014, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia 19 de abril de 2022 - Poder Executivo | Seção I, p. 384, tem por objeto a execução do projeto "Acolher", com emprego de recursos da dotação orçamentária da pasta, consoante o plano de trabalho, parte integrante indissociável deste ajuste.



PARÁGRAFO ÚNICO - O plano de trabalho poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente e após proposta previamente justificada pela OSC e acolhida em parecer técnico favorável do órgão competente ratificado pelo Titular da Secretaria, vedada alteração do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

São responsabilidades e obrigações, além de outros compromissos assumidos por meio deste termo e respectivo plano de trabalho, os previstos na Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e legislação e regulamentação aplicáveis à espécie:

I - DO MUNICÍPIO:

- (a) elaborar e conduzir a execução da política
- (b) emanar diretrizes sobre a política pública a ser executada por meio do presente termo, estabelecendo conceitos e critérios de qualidade a serem observados pela OSC;
- (c) acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto deste termo, devendo zelar pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados;
- (d) prestar apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto da parceria em toda sua extensão e no tempo devido;
- (e) repassar à OSC os recursos financeiros previstos para a execução do objeto da parceria, de acordo com o cronograma de desembolsos previsto, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto;
- (f) manter, em seu sítio eletrônico, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;
- (g) publicar, no Diário Oficial do Município, extrato deste termo e de seus aditivos, contendo, pelo menos, o nome do gestor da parceria e do signatário representante da OSC;
- (h) instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA), por ato da autoridade competente, a ser publicado no Diário Oficial do Município;
- (i) emitir relatório técnico de monitoramento de avaliação da parceria;
- (j) analisar os relatórios gerenciais financeiros e de resultados;
- (k) analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis.

A

○

○

II - DA OSC:

(a) apresentar relatórios de execução do objeto e de execução financeira, elaborados por meio de formulários próprios encaminhados pelo MUNICÍPIO;

(b) prestar contas, por meio de formulários próprios encaminhados pelo MUNICÍPIO, da totalidade das operações patrimoniais e resultados da parceria, de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis;

(c) executar o plano de trabalho, na forma do artigo 35-A, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 - bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

(d) zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada;

(e) observar, no transcorrer da execução de suas atividades, todas as orientações emanadas do MUNICÍPIO;

(f) responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pela contratação e pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

(g) divulgar, no seu site eletrônico e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, na forma e prazos definidos pelo MUNICÍPIO, todas as parcerias celebradas com esse último, observando-se as informações mínimas exigidas e eventuais restrições de segurança que impeçam a sua divulgação, na forma da lei;

(h) indicar pelo menos um representante para acompanhar os trabalhos da CMA, no prazo de 12 (doze) dias contados da data de assinatura deste instrumento;

(i) manter e movimentar os recursos financeiros repassados para a execução do objeto da parceria em uma única e exclusiva conta bancária, aberta junto ao Banco do Brasil, observado o disposto no artigo 51 da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014;

(j) manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao objeto da parceria;

(k) permitir e facilitar o acesso de agentes do MUNICÍPIO, membros dos conselhos gestores da política pública, quando houver, da CMA e demais órgãos de fiscalização

interna e externa a todos os documentos relativos à execução do objeto da parceria, prestando-lhes todas e quaisquer informações solicitadas, bem como aos locais de execução do objeto:

(l) responsabilizar-se pela legalidade e regularidade das despesas realizadas para a execução do objeto da parceria, pelo que responderá diretamente perante o MUNICÍPIO e demais órgãos incumbidos da fiscalização nos casos de descumprimento:

(m) responsabilizar-se, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO GESTOR DA PARCERIA

O gestor fará a interlocução técnica com a OSC, bem como o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto da parceria, devendo zelar pelo seu adequado cumprimento e manter o MUNICÍPIO informado sobre o andamento das atividades, competindo-lhe em especial:

(a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria;

(b) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

(c) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o teor do relatório técnico de monitoramento e avaliação.

CLÁUSULA QUARTA - DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados alcançados com a execução do objeto da parceria devem ser monitorados e avaliados sistematicamente por meio de relatórios técnicos emitidos por responsável designado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Social em ato próprio, na forma do artigo 59, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014.

PARÁGRAFO ÚNICO - A periodicidade e a quantidade dos relatórios técnicos previstos no *caput* desta cláusula serão estipuladas pela CMA.



CLÁUSULA QUINTA - DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Compete à CMA:

(a) homologar, independentemente da obrigatoriedade de apresentação de prestação de contas pela OSC, o relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o artigo 59, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014;

(b) avaliar os resultados alcançados na execução do objeto da parceria, de acordo com informações constantes do relatório técnico de monitoramento e avaliação, e fazer recomendações para o alcance dos objetivos perseguidos;

(c) analisar a vinculação dos gastos da OSC ao objeto da parceria celebrada, bem como a razoabilidade desses gastos;

(d) solicitar, quando necessário, reuniões extraordinárias e realizar visitas técnicas na OSC e no local de realização do objeto da parceria com a finalidade de obter informações adicionais que auxiliem no desenvolvimento dos trabalhos;

(e) solicitar aos demais órgãos do MUNICÍPIO ou à OSC esclarecimentos que se fizerem necessários para subsidiar sua avaliação;

(f) emitir relatório conclusivo sobre os resultados alcançados no período, contendo a nota da parceria, avaliação das justificativas apresentadas no relatório técnico de monitoramento e avaliação, recomendações, críticas e sugestões;

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS

O valor total da presente parceria é de R\$ 1.176.000,00 (um milhão, cento e setenta e seis mil reais), os quais serão repassados em duas parcelas anuais nos valores de R\$ 504.000,00 (quinhentos e quatro mil reais) no primeiro ano e R\$ 672.000,00 (seiscentos e setenta e dois mil reais) no segundo ano.

§ 1º - Os recursos financeiros, de que tratam o *caput* desta cláusula, serão transferidos à OSC integralmente na forma da planilha orçamentária constante do plano de trabalho.

§ 2º - É vedada a realização de despesas, à conta dos recursos destinados à parceria, para finalidades diversas ao objeto pactuado, mesmo que em caráter de urgência.



CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A OSC elaborará e apresentará ao MUNICÍPIO prestação de contas na forma discriminada nesta cláusula, observando-se o Capítulo IV, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.

§ 1.º - Os originais das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da OSC, devidamente identificados com o número do Protocolo 3783/2022, e mantidos em sua sede, em arquivo e em boa ordem, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas ou da tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas do Estado, relativa ao exercício da gestão, separando-se os de origem pública daqueles da própria OSC.

§ 2.º - A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria, devendo sempre conter a documentação comprobatória (via original e uma cópia) da aplicação dos recursos recebidos mensalmente, conforme previsão no plano de trabalho, devidamente acompanhado dos relatórios de execução do objeto e de execução financeira; extratos bancários conciliados, evidenciando a movimentação do recurso e rentabilidade do período; relatório de receita e de despesas e, quando houver, relação nominal dos atendidos:

§ 3.º - Apresentada a prestação de contas final, emitir-se-á parecer:

(a) técnico, acerca da execução física e cumprimento dos objetivos da parceria.

(b) financeiro, acerca da correta e regular aplicação dos recursos da parceria.

§ 4.º - Para fins de comprovação dos gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior ao período de vigência da parceria.

§ 5.º - Não poderão ser pagas com recursos da parceria, despesas em desacordo com o plano de trabalho, bem como aquelas decorrentes de multas, juros, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração.

§ 6.º - A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nesta cláusula e na legislação aplicável, ou a sua desaprovação pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, implicará a suspensão das liberações subsequentes, até a correção das impropriedades ocorridas.

§ 7.º - A responsabilidade da OSC pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e à



execução do objeto da parceria é exclusiva, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência desta parceria é de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

§ 1.º - No mínimo trinta dias antes de seu término, havendo motivo relevante e interesse dos partícipes, a parceria poderá ter seu prazo de execução prorrogado para cumprir o plano de trabalho, mediante termo aditivo e prévia autorização do Secretário Municipal de Cultura e Turismo, respeitada a legislação vigente, após proposta previamente justificada pela OSC e autorização do Titular da Secretaria, baseada em parecer técnico favorável do órgão competente.

§ 2.º - O município prorrogará de ofício a vigência da parceria quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA NONA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

A presente parceria poderá, a qualquer tempo, ser denunciada por qualquer dos partícipes mediante notificação escrita com antecedência de 60 (sessenta) dias e será rescindido por infração legal ou descumprimento das obrigações assumidas, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne jurídica, material ou formalmente inexecutável.

§ 1.º - Ocorrendo a rescisão ou a denúncia do presente ajuste, MUNICÍPIO e OSC responderão pelas obrigações assumidas até a data de assinatura do respectivo termo de encerramento, devendo a OSC apresentar ao MUNICÍPIO, no prazo de até 30 (trinta) dias, a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data.

§ 2.º - Havendo indícios fundados de malversação do recurso público, o MUNICÍPIO deverá instaurar Tomada de Contas Especial, para apurar irregularidades que tenham motivado a rescisão da parceria.

§ 3.º - Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente ajuste, não tendo ocorrido a utilização total dos recursos financeiros recebidos do MUNICÍPIO, fica

a OSC obrigada a restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data do evento, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, acrescidos de correção monetária e de juros de mora, devendo encaminhar o respectivo comprovante de depósito bancário ao setor responsável pela Prestação de Contas da Prefeitura de Taquaritinga.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

Este termo poderá ser alterado, mediante termo aditivo, em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto no que tange ao seu objeto, de comum acordo, desde que tal interesse seja manifestado por qualquer dos partícipes, previamente e por escrito, observado o disposto no parágrafo único da Cláusula Primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 e da legislação específica, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as sanções previstas no artigo 73 da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 1.º - Aplicadas as sanções previstas no caput desta cláusula, deverão ser as mesmas registradas no portal de parcerias com organizações da sociedade civil.

§ 2.º - Enquanto não implantado o portal de que trata o parágrafo anterior, as sanções serão registradas no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Taquaritinga por intermédio da publicação no Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Acordam as partes, ainda, em estabelecer as condições seguintes.

§ 1.º - Os trabalhadores contratados pela OSC não guardam qualquer vínculo empregatício com o MUNICÍPIO, inexistindo, também, qualquer responsabilidade desse último em relação às obrigações trabalhistas e demais encargos assumidos pela OSC.

§ 2.º - O MUNICÍPIO não responde, subsidiária ou solidariamente, pela ausência de cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e comerciais assumidas pela OSC, não se responsabilizando, ainda, por eventuais demandas judiciais.

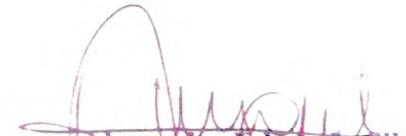
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

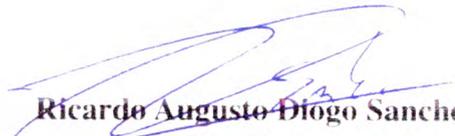
Fica eleito o Foro da Comarca de Taquaritinga para dirimir quaisquer questões resultantes da execução ou da interpretação deste instrumento e que não puderem ser resolvidas administrativamente.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente termo, em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os efeitos legais.

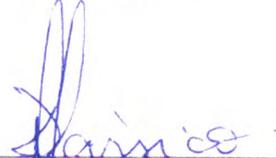
Taquaritinga, 07 de julho de 2022


Vanderlei José Mársico
Prefeito Municipal


Alexandre Eduardo Silva
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social


Ricardo Augusto Diogo Sanches
Presidente

Testemunhas


Nome: Patrícia G. Maina Gibertou Nome:
RG.: 18.712.952-6 RG.:
CPF.: 268.342.318-70 CPF.:

26/08/2022 - BANCO DO BRASIL - 15:44:03
025700257 SEGUNDA VIA 0001
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: TAQUARITINBL MAC FNAS
AGENCIA: 0257-7 CONTA: 28.476-9

=====

DATA DA TRANSFERENCIA	26/08/2022
NR. DOCUMENTO	556.920.000.039.038
VALOR TOTAL	42.000,00

***** TRANSFERIDO PARA:
CLIENTE: ARA - A R ASSISTENCIAL
AGENCIA: 6920-5 CONTA: 39.038-0
NR. DOCUMENTO 550.257.000.028.476
=====

NR.AUTENTICACAO	A.4E6.BF6.453.35F.61F
-----------------	-----------------------

10/10/2022 - BANCO DO BRASIL - 10:26:59
025700257 SEGUNDA VIA 0002

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: TAQUARITINBL MAC FNAS
AGENCIA: 0257-7 CONTA: 28.476-9

=====

DATA DA TRANSFERENCIA	10/10/2022
NR. DOCUMENTO	556.920.000.039.038
VALOR TOTAL	42.000,00

***** TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ARA - A R ASSISTENCIAL	
AGENCIA: 6920-5 CONTA: 39.038-0	
NR. DOCUMENTO	550.257.000.028.476

=====

NR.AUTENTICACAO	8.B16.808.7F8.5B7.80E
-----------------	-----------------------

02A

08/11/2022 - BANCO DO BRASIL - 16:18:19
025700257 SEGUNDA VIA 0002
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: TAQUARITINBL MAC FNAS
AGENCIA: 0257-7 CONTA: 28.476-9

=====

DATA DA TRANSFERENCIA	08/11/2022
NR. DOCUMENTO	556.920.000.039.038
VALOR TOTAL	42.000,00

***** TRANSFERIDO PARA:
CLIENTE: ARA - A R ASSISTENCIAL
AGENCIA: 6920-5 CONTA: 39.038-0
NR. DOCUMENTO 550.257.000.028.476
=====

NR.AUTENTICACAO	7.9FC.65A.3A7.583.123
-----------------	-----------------------

03A

08/11/2022 - BANCO DO BRASIL - 16:18:19
025700257 SEGUNDA VIA 0001

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: TAQUARITINBL MAC FNAS
AGENCIA: 0257-7 CONTA: 28.476-9

=====

DATA DA TRANSFERENCIA	08/11/2022
NR. DOCUMENTO	556.920.000.039.038
VALOR TOTAL	42.000,00

***** TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ARA - A R ASSISTENCIAL	
AGENCIA: 6920-5 CONTA: 39.038-0	
NR. DOCUMENTO	550.257.000.028.476

=====

NR.AUTENTICACAO	9.CC1.11D.F24.A68.D3A
-----------------	-----------------------

04A

09/11/2022 - BANCO DO BRASIL - 09:55:39
025700257 SEGUNDA VIA 0003

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: TAQUARITINBL MAC FNAS
AGENCIA: 0257-7 CONTA: 28.476-9

=====
DATA DA TRANSFERENCIA 09/11/2022
NR. DOCUMENTO 556.920.000.039.038
VALOR TOTAL 42.000,00

***** TRANSFERIDO PARA:
CLIENTE: ARA - A R ASSISTENCIAL
AGENCIA: 6920-5 CONTA: 39.038-0
NR. DOCUMENTO 550.257.000.028.476

=====
NR.AUTENTICACAO 9.3AD.D9B.BFF.0C9.2F2

OSA

09/11/2022 - BANCO DO BRASIL - 09:55:39
025700257 SEGUNDA VIA 0001

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: TAQUARITINBL MAC FNAS
AGENCIA: 0257-7 CONTA: 28.476-9

=====

DATA DA TRANSFERENCIA	09/11/2022
NR. DOCUMENTO	556.920.000.039.038
VALOR TOTAL	42.000,00

***** TRANSFERIDO PARA:
CLIENTE: ARA - A R ASSISTENCIAL
AGENCIA: 6920-5 CONTA: 39.038-0
NR. DOCUMENTO 550.257.000.028.476

=====

NR.AUTENTICACAO	E.B81.6C1.0EA.A29.533
-----------------	-----------------------

06A

31/03/2023 - BANCO DO BRASIL - 13:44:46
025700257 SEGUNDA VIA 0001

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: PREFEITURA M DE TAQUARIT
AGENCIA: 0257-7 CONTA: 230.045-1

=====

DATA DA TRANSFERENCIA	31/03/2023
NR. DOCUMENTO	556.920.000.039.039
VALOR TOTAL	42.000,00

***** TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ARA - A R ASSISTENCIAL	
AGENCIA: 6920-5	CONTA: 39.038-0
NR. DOCUMENTO	550.257.000.230.045

=====

NR.AUTENTICACAO	A.C7E.E96.D9E.B01.ECA
-----------------	-----------------------

07A

13/04/2023 - BANCO DO BRASIL - 09:43:15
025700257 SEGUNDA VIA 0001
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: PREFEITURA M DE TAQUARIT
AGENCIA: 0257-7 CONTA: 230.045-1

=====

DATA DA TRANSFERENCIA	13/04/2023
NR. DOCUMENTO	556.920.000.039.038
VALOR TOTAL	42.000,00

***** TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ARA - A R ASSISTENCIAL	
AGENCIA: 6920-5	CONTA: 39.038-0
NR. DOCUMENTO	550.257.000.230.045

=====

NR.AUTENTICACAO	C.B1F.304.951.608.188
-----------------	-----------------------

Handwritten signature

15/06/2023 - BANCO DO BRASIL - 11:24:51
025700257 SEGUNDA VIA 0001
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: PROT SOCIAL DE ALTA COMPL
AGENCIA: 0257-7 CONTA: 35.147-4

=====

DATA DA TRANSFERENCIA	15/06/2023
NR. DOCUMENTO	556.920.000.039.038
VALOR TOTAL	126.000,00

***** TRANSFERIDO PARA:
CLIENTE: ARA - A R ASSISTENCIAL
AGENCIA: 6920-5 CONTA: 39.038-0
NR. DOCUMENTO 550.257.000.035.147

=====

NR. AUTENTICACAO	6.3AD.37F.6A6.6E6.9A4
------------------	-----------------------

09A